

# Simonsen critica e diz que plano de Funaro é uma "lista de sonhos"

por Cecília Costa  
do Rio

"Li com cuidado o documento que o ministro Dison Funaro apresentou ao Congresso Nacional e continuo à espera de um plano econômico do governo", afirmou na última sexta-feira o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, ao participar do seminário sobre mercado aberto, promovido pela Associação dos Bancos do Rio de Janeiro. De acordo com Simonsen, o que o ministro da Fazenda levou ao Congresso "é uma lista de sonhos ou de desejos".

"Na área dos desejos, tudo é possível, é fácil dizer que o crescimento econômico do País será de 7% de 1987 e 1991. Como também é fácil mencionar a possibilidade de que haja crescimento interno da poupança nos próximos anos. Só que não vi, em momento algum, explicitados no documento os instrumentos que serão utilizados para que esses objetivos sejam atingidos. E plano econômico é justamente isso: metas e diretrizes, mas ao mesmo tempo propostas de políticas concretas para chegar a essas metas e diretrizes, comentou o ex-ministro da Fazenda e diretor da Escola de pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

## REFINANCIAMENTO DOS JUROS

De qualquer forma, Simonsen diz que "o governo deve estar escondendo alguma coisa, mas deve ter um plano verdadeiro". Com o que foi exposto ontem, observou, não haverá meios de convencer os credores externos de que o País tem um projeto para a economia. Banqueiros, frisou, também gostam de saber como os desejos se tornarão realidade.

A respeito da negociação, disse considerar que a proposta brasileira de refinanciamento parcial ou total dos juros também se encontra no campo dos desejos. O Brasil, para Simonsen, pode pleitear o que quiser na mesa de negociações; se vai conseguir, aí é outra história. O discurso oficial, no momento, vem, aliás, apavorando o ex-ministro da Fazenda. No que diz respeito ao plano econômico, se é que existe um, comentou que espera que apresente verbo e sujeito, orações com objetos direto e indireto.

"O Brasil", afirmou, "está com a mania de utilizar verbos intransitivos. Como, por exemplo, vamos negociar. Vamos negociar com quem? Esse dado anda sendo esquecido. Existem parceiros do outro lado da mesa. E ainda quanto ao

plano, considera que não pode ser apresentado apenas aos bancos. "Terá que ser submetido a uma instituição internacional, ou seja, acabará tendo de passar pelo FMI", acentuou.

No que se refere à atual política econômica interna, Mário Henrique Simonsen defendeu a existência de um Banco Central independente, ao realizar a conferência durante o seminário da Aberj. Um país democrático, onde são inúmeras as pressões políticas, necessita, afirmou, de um Banco Central independente, pois só assim o Banco Central terá autonomia para realizar uma política monetária correta, sem ter de se submeter à pressão de gastos adicionais, gerada por interesses políticos.

E exatamente isso, segundo ele, que vem ocorrendo no momento. O Banco Central sozinho tem tentado segurar a inflação, adotando uma política monetária apertada, que acarreta a elevação dos juros, mas se vê obrigado a atender a pedidos de financiamento de gastos, o que vem tornando a dívida interna uma verdadeira bola de neve e auxiliando a pressionar ainda mais as taxas do mercado. Essas taxas só não têm atingido níveis ainda mais estratosféricos porque o Banco Central optou por atrelar o rendimento da Letra do Banco Central (LBC) à inflação, no período de 15 de um mês a 15 do mês seguinte, fazendo com que o mercado trabalhe de forma instável e histórica, em função dos ajustamentos nas taxas de overnight".

Para que a política monetária fosse bem-sucedida, Simonsen propôs novamente que houvesse, além do Banco Central independente, "com presidência e diretoria aprovadas pelo Senado", uma redução no déficit público, ou seja, política fiscal mais restritiva. A fim de que essa redução seja viável, disse que também seria necessário que os números sobre o déficit fossem mais confiáveis, pois atualmente o que existe a respeito, na sua opinião, é uma verdadeira confusão estatística e inúmeras mensurações desse déficit.

Política monetária apertada e política fiscal fraca não dão certo nem mesmo nos Estados Unidos, que financiam sua dívida por meio de investimentos externos, lembrou o ex-ministro, tendo acrescentado que haverá um momento em que a economia dos EUA vai naufragar, passando por um período de inflação elevada e queda ainda mais acentuada do dólar.